

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.921 - PR (2019/0113983-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND - PR042761
AGRAVADO : LUIS SCHVAN
ADVOGADOS : VITOR EDUARDO FROSI - PR036904
ANDERSON ALEX VANONI - PR0043339

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por BANCO DO BRASIL SA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PLEITO DE SOBRESTAMENTO EM RAZÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 626307-SP E RECURSO ESPECIAL Nº 1438263-SP INAPLICABILIDADE CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTAMENTO CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS E MULTA DO ART 523 § 1º DO CPC AUSÊNCIA DE PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DO VALOR EXECUTADO MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alega violação do art. 509 do CPC, no que concerne à necessidade de perícia contábil, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Com efeito, a perícia contábil, tornar-se elemento técnico imprescindível para se chegar à verdade dos fatos, sendo esta única capaz de levar à verificação idônea de quanto é o débito/crédito efetivamente existente entre as partes, prova esta que não pode ser preterida em decorrência do livre convencimento do Juiz, pois, sabidamente, o magistrado deve valer-se de todos os meios legais disponíveis para a busca da verdade real, pois só com ela efetivamente alcança-se a justa composição dos litígios, escopo primordial da jurisdição. (fls. 927/928).

Quanto à segunda controvérsia, pela alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alega violação do art. 5º, XXXV, da CF/88, no que concerne ao cerceamento de defesa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional foi assim se afirmando em todos os Estados modernos, indicando ao mesmo tempo o monopólio estatal na distribuição da justiça (ex parte principis) e o amplo acesso de todos à referida justiça (ex parte populi). A Constituição brasileira de 1946 consagrou o princípio, que hoje vem expresso pelo artigo supramencionado. (fl. 960).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, verifica-se que o Tribunal de origem assim decidiu:

Isto porque, em que pese a apresentação de impugnação, as matérias apresentadas, tal como consignou a juíza *a quo*, sequer questionam à fase de cumprimento de sentença, restringindo-se as insurgências já apreciadas na fase de conhecimento, tais como prescrição, necessidade de nomeação de perito para apuração dos valores eventualmente devidos, atualização monetária do débito pelo IPCA- E/IBGE, ausência de configuração de anatocismo, legalidade da comissão de permanência, dentre outras teses.

Aliás, o agravante sequer aponta a quantia que entende indevida nos cálculos apresentados pelo agravado.

No mais, a tese de nulidade pela necessidade de remessa dos autos à contadoria é descabida, na medida em que a decisão agravada está pautada no valor apurado pelo contador judicial que reconheceu, inclusive, excesso de depósito na quantia de R\$ 5.700,70 (cinco mil, setecentos reais e setenta centavos). (fl. 858).

Portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial

porque visa discutir violação à norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt nos EREsp 1082463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 18/12/2018, DJe de 1º/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no AREsp 1342571/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 17/12/2018, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp 1287630/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/9/2018, DJe de 25/9/2018.

Ademais, quanto à primeira e à segunda controvérsias apresentadas pela alínea c, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente